COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1.572, DE 2011, DO SR. VICENTE CÂNDIDO, QUE "INSTITUI O CÓDIGO COMERCIAL".

PROJETO DE LEI Nº 1.572, DE 2011

Institui o Código Comercial.

Autor: Deputado VICENTE CÂNDIDO

Relator-Parcial: Deputado AUGUSTO
COUTINHO

I – RELATÓRIO PARCIAL DO LIVRO II

Este relatório parcial diz respeito tão somente ao Livro II do Projeto de Lei nº 1.572/11, de autoria do Deputado Vicente Cândido, que institui o Código Comercial, o qual compreende os arts. 113 a 267 do referido projeto de lei, que tramita nesta Comissão Especial.

Nesse Livro II estão disciplinadas matérias relacionadas com o direito societário.

São 155 artigos divididos em cinco títulos: (I) Das Disposições Gerais; (II) Da Sociedade Anônima; (III) Da Sociedade Limitada; (IV) Das Sociedades com Sócios de Responsabilidade Ilimitada; (V) Das Operações Societárias.

O Título I divide-se em cinco capítulos: (I) Princípios do Direito Comercial Societário; (II) Da Personalidade Jurídica; (III) Da Sociedade Irregular; (IV) Dos Atos Societários; (V) Da Nacionalidade da Sociedade Empresária.

O Título II divide-se em quatro capítulos: (I) Das Disposições Gerais; (II) Das Ações e do Capital Social; (III) Dos Acionistas; (IV)

Da Estrutura Societária, contendo duas seções: (i) Dos Órgãos Sociais e (ii) Do Governo da Sociedade.

O Título III divide-se em sete capítulos: (I) Das Disposições Gerais; (II) Das Quotas; (III) Do Contrato Social; (IV) Da Administração; (V) Do Sócio; (VI) Da Dissolução Parcial, contendo cinco seções: (i) Das Disposições Gerais; (ii) Da Exclusão de Sócio; (iii) Da Morte de Sócio; (iv) Da Retirada de Sócio; (v) Da Apuração de Haveres e do Reembolso, contendo duas subseções; (VII) Da Dissolução Total.

O Título IV divide-se em dois capítulos: (I) Das Sociedades em Nome Coletivo e em Comandita Simples; e (II) Da Sociedade em Comandita por Ações.

E o Título V divide-se também em dois capítulos: (I) Da Transformação; e (II) Da Incorporação, Fusão e Cisão, contendo quatro seções: (i) Das Disposições Comuns; (ii) Da Incorporação; (iii) Da Fusão e (iv) Da Cisão.

Entre os temas de maior relevância abrangidos pelo Livro II destacam-se os seguintes:

a) Desconsideração da Personalidade Jurídica:

A falta de critério com que tem sido invocada e aplicada a desconsideração da personalidade jurídica nos Tribunais do país tem levado a sérias inseguranças ao meio empresarial. Hoje a lei possui apenas dispositivos gerais, sendo necessário maior detalhamento da disciplina deste instituto, para que a autonomia patrimonial das sociedades empresárias possa cumprir sua função econômica de atração de investimentos, sem prejuízo à repressão das fraudes pelo Poder Judiciário.

b) Governo da Sociedade:

O movimento de governança corporativa, que se iniciou no âmbito do mercado de capitais, hoje mostra-se salutar à organização de todos os tipos de sociedade empresária, servindo de valioso elemento, na ponderação de riscos, para a concessão de crédito bancário. É matéria que precisa ser disciplinada na lei, pelo menos em seus contornos fundamentais.

c) Sociedade Limitada:

Durante mais de 80 anos, a sociedade limitada esteve disciplinada, no direito brasileiro, pelo Decreto nº 3.708, de 1919. Era, então, um tipo societário desburocratizado e adequado às necessidades de empresários nacionais dos mais variados portes. Com o Código Civil, que entrou em vigor em 2003, a disciplina legal deste tipo de sociedade transformou-se completamente. Convém à economia brasileira que a sociedade limitada volte a contar com regras desburocratizadas, que simplifiquem a vida do empresário. Vale a pena registrar que mais de 90% das sociedades registradas nas Juntas Comerciais de todo o país são limitadas, e que este é o tipo societário mais empregado pelas empresas de pequeno e médio porte no Brasil.

d) Apuração de Haveres:

No Brasil, mais de 90% das ações judiciais referentes a sociedades limitadas dizem respeito à apuração de haveres do sócio falecido, excluído ou que exerceu o direito de retirada ou de recesso. Atualmente, a disciplina da matéria está restrita a um único dispositivo do Código Civil (art. 1.031), mas a sua complexidade reclama urgente detalhamento, pelo Poder Legislativo, dos elementos temporais e dos critérios contábeis para a sua efetivação.

e) Operações Societárias:

As operações de transformação, incorporação, fusão e cisão estão, desde a entrada em vigor do Código Civil em 2003, sujeitas a dois regimes jurídicos diferentes. Se uma das sociedades envolvidas na operação for anônima, o regime é o da Lei nº 6.404/76; caso sejam todas de outros tipos, o regime aplicável é o do Código Civil. A duplicidade de regimes não convém à economia brasileira, porque apenas aumenta a complexidade e os custos. Deve-se unificar as regras dos dois regimes para que se supere a duplicidade.

I.II. Das emendas apresentadas aos dispositivos do Livro II.

Em relação ao Livro II, foram apresentadas as seguintes emendas pelos Parlamentares:

- **Emenda Aditiva nº 6/12**, de autoria do Deputado Alfredo Kaefer.

Essa emenda propõe a introdução de um dispositivo, no Livro II, para disciplinar a sociedade unipessoal de responsabilidade limitada, com designação própria (SRLI), capital mínimo e outras previsões que reproduzem as que a Lei nº 12.441/11 introduziu no Código Civil (art. 980-A), ao criar a Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.

A emenda não deve ser acolhida. O Projeto já admite, no art. 192, a sociedade limitada unipessoal, a exemplo do encontrado, atualmente, em todo o direito comparado. Não se justifica, ademais, sujeitá-la a requisitos ou condições de constituição diversas das da sociedade pluripessoal.

- **Emenda nº 7/12**, de autoria do Deputado Eliseu Padilha.

Essa emenda propõe a transposição, do Código Civil para o Código Comercial, da disciplina da “sociedade dependente de autorização”.

A emenda não deve ser acolhida, por se tratar de assunto de cunho geral, aplicável a qualquer tipo de sociedade, ainda que não empresária. Convém, pois, que continue a ser disciplinado no Código Civil.

- **Emenda nº 9/12**, de autoria do Deputado Eliseu Padilha.

Essa emenda é aditiva e propõe a inclusão de dois novos princípios no direito societário comercial, a saber: o do tratamento igualitário dos sócios de mesma classe e o da intangibilidade do capital social.

A emenda não deve ser aceita, porque os dispositivos constantes do Projeto já admitem os princípios gerais da matéria societária.

- **Emenda nº 11/12**, de autoria do Deputado Eliseu Padilha.

Essa emenda é modificativa e propõe a alteração da designação do empresário sem registro na Junta Comercial, que passaria a ser denominado de “informal” em vez de “irregular”, como é atualmente.

Acolhe-se a emenda, aprimorando-se, ainda, a redação do art. 134 do Projeto (ver art. 136 no texto consolidado constante do Substitutivo ora proposto). A expressão “irregular” tem conotação pejorativa, discriminando um número expressivo e considerável de empreendedores brasileiros, bem como desestimula o processo de formalização junto aos órgãos competentes.

- **Emenda nº 12/12**, de autoria do Deputado Eliseu Padilha, **Emenda nº 32/12**, de autoria do Deputado Arthur Maia, e **Emenda Supressiva nº 183/13**, de autoria do Deputado Laércio Oliveira.

Essas emendas são modificativas e supressivas e propõem a manutenção da atual sistemática de disciplina legal da sociedade anônima.

As emendas são integralmente aceitas. A melhor sistemática, por hora, no tratamento da sociedade anônima pelo direito brasileiro é a manutenção da atualmente adotada, que é a disciplina em lei específica (Lei nº 6.404, de 16 de dezembro de 1976), devendo tratar o futuro Código Comercial apenas das normas gerais e dos demais tipos societários.

- **Emenda nº 13/12**, de autoria do Deputado Eliseu Padilha.

Essa emenda é modificativa e propõe, em última análise, eliminar três tipos societários do direito brasileiro: comandita simples, comandita por ações e nome coletivo.

A emenda não deve ser acolhida, porque se considera que estes tipos de sociedade ainda podem ter alguma utilização pelos empresários no futuro, apesar de tais tipos societários serem pouco adotados atualmente. Além disso, embora constatados em números reduzidos, há sociedades empresárias que os utilizam.

- **Emenda nº 16/12**, de autoria do Deputado Vicente Cândido.

Essa emenda é modificativa e propõe aprimoramento da redação do art. 262, § 4º, do Projeto (ver art. 254, § 4º, constante do texto consolidado do substitutivo ora proposto), substituindo a referência a “parágrafo seguinte”, que não existe no texto, por “artigo seguinte”.

A emenda é integralmente aceita.

- **Emenda Modificativa nº 29/12**, de autoria do Deputado Severino Ninho, e **Emenda Modificativa nº 81/13**, de autoria do Deputado Laércio Oliveira.

Essas emendas propõem alteração na redação do art. 128 do Projeto (art. 129 no texto consolidado do Substitutivo ora proposto), que trata da desconsideração da personalidade jurídica.

O dispositivo em questão está a merecer aprimoramento, que será feito por meio de Substitutivo do Relator, que acolhe, em parte, essas emendas.

- **Emenda Modificativa nº 30/12**, de autoria do Deputado Severino Ninho.

Essa emenda propõe delimitar, com maior precisão, o conceito de “justa causa” para a exclusão de sócio da sociedade limitada.

A emenda é parcialmente aceita, mediante a inclusão de um novo dispositivo e consequente alteração de redação.

A propósito, altera-se a designação “expulsão”, preferindo-se “exclusão”, por ser a mais recomendada pela doutrina.

- **Emenda nº 36/12**, de autoria do Deputado Eliseu Padilha.

Essa emenda é modificativa e propõe nova redação ao art. 124 do Projeto que passa a ser, em razão de outras alterações, renumerado para art. 123.

A emenda é integralmente aceita, porque se deve prestigiar a aparência de direito, introduzida na civilística nacional pelo grande jurista Orlando Gomes.

- **Emenda nº 37/12**, de autoria do Deputado Eliseu Padilha.

Essa emenda propõe nova redação ao art. 174 do Projeto (art. 152 no texto consolidado do Substitutivo ora proposto), para corrigir a redação deste, que pode dar margem à interpretação de que a expulsão (ou

melhor: exclusão, conforme adotado no texto do Substitutivo anexo) deve sempre ser judicial.

A emenda é parcialmente aceita, com o ajuste redacional da expressão “expulso” para “excluído”.

- **Emenda nº 38/12**, de autoria do Deputado Eliseu Padilha.

Essa emenda é modificativa e diz respeito ao art. 180 do Projeto (art. 158 no texto consolidado do Substitutivo ora proposto), que trata da impenhorabilidade de quotas da sociedade limitada.

A emenda é parcialmente acolhida, mas com alteração na redação: “as quotas são penhoráveis por dívida do sócio, salvo quando gravadas, na forma da lei, com a cláusula de impenhorabilidade”.

- **Emenda nº 40/12**, de autoria do Deputado Eliseu Padilha.

Essa emenda é aditiva e propõe o acréscimo de parágrafo ao art. 244 do Projeto (ver art. 236 no texto consolidado do Substitutivo ora proposto), para que as operações de incorporação, fusão e cisão possam envolver sociedade com passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo).

A emenda é integralmente aceita.

- **Emendas nº 44/12 e nº 161/13**, ambas de autoria do Deputado Laércio Oliveira.

Essas emendas são supressivas e propõem a retirada, na íntegra, do art. 123 do Projeto.

As emendas são integralmente aceitas.

- **Emenda nº 54/12**, de autoria do Deputado Laércio Oliveira.

Essa emenda é modificativa e propõe nova redação ao art. 143 do Projeto, que diz respeito à identificação dos sócios de sociedade estrangeira.

A emenda não deve ser acolhida, na medida em que essa matéria já está suficientemente tratada no art. 380 do Projeto de Código de Processo Civil, que autoriza ao juiz atribuir o ônus da prova com base nas peculiaridades da causa, relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do *caput* do artigo em questão ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário.

- **Emenda Modificativa nº 69/13**, de autoria do Deputado Laércio Oliveira.

Essa emenda propõe alteração na redação do art. 129 do Projeto (ver art. 130 no texto consolidado do substitutivo ora proposto).

A emenda não deve ser acolhida, porque o dispositivo fala que a “simples” inexistência de bens não autoriza a desconsideração da personalidade jurídica. Assim, verificando-se tão somente a ocorrência de qualquer hipótese em que a inexistência de bens esteja associada a algum outro fato, por exemplo, o desvio de bens, já será suficiente para ensejar a desconsideração, configurando-se desnecessário o esclarecimento que a emenda pretende.

- **Emendas Supressivas nºs 75/13 e 191/13**, ambas de autoria do Deputado Laércio Oliveira.

Essas emendas propõem a supressão do art. 124 e seus parágrafos do Projeto.

As emendas não devem ser acolhidas, porque a simples eliminação do art. 124 tornaria a sociedade responsável por quaisquer atos praticados com excesso de poder pelos administradores. A sua manutenção, de outra parte, faria com que a sociedade não fosse responsável mesmo nos casos em que o terceiro, protegido pela aparência, agiu de boa-fé. A melhor solução está na simples alteração da redação do art. 124 (que passará a 125 diante da renumeração), na forma da Emenda nº 36/12.

Contudo, o dispositivo merece aperfeiçoamento redacional, que será feito mediante Substitutivo deste Relator.

- **Emenda Aditiva nº 79/13**, de autoria do Deputado Laércio Oliveira.

Essa emenda propõe a inclusão, entre os tipos societários, da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.

A emenda não deve ser acolhida. A Eireli é criação decorrente de projeto de lei apresentado pelo Deputado Marcos Montes, que redundou na Lei nº 12.411, de 2011. O mesmo deputado apresentou emenda ao Projeto de Código Comercial, visando compatibilizar o instituto por ele criado com este Projeto (Emenda nº 3/12). Como o Projeto prevê um conceito específico de “empresa”, no art. 2º, e é diverso do conceito empregado na expressão Eireli, a Emenda nº 3 elimina essa disparidade. A questão da compatibilização da Eireli com o Projeto, em suma, está perfeitamente estabelecida pela referida emenda apresentada pelo Deputado Marcos Montes.

- **Emenda Modificativa nº 80/13**, de autoria do Deputado Laércio Oliveira.

Essa emenda propõe alteração na redação do § 3º do art. 124 do Projeto.

A emenda não deve ser acolhida, diante do aproveitamento da Emenda nº 36/12 que simplifica e incorpora ao texto do artigo o princípio da boa-fé, privilegiando assim a teoria da aparência, mesmo fundamento da Emenda nº 80/13.

- **Emenda Modificativa nº 89/13**, de autoria do Deputado Laércio Oliveira.

Essa emenda propõe alterar a redação do art. 114, que enuncia o princípio da liberdade de associação.

A emenda é parcialmente aceita, com pequena alteração redacional (de acordo com a redação do art. 113 do Substitutivo anexo ora proposto).

- **Emenda Supressiva nº 158/13**, de autoria do Deputado Laércio Oliveira.

Essa emenda propõe a supressão do inciso IV do art. 113 do Projeto, que enuncia o princípio da limitação da responsabilidade dos sócios pelas obrigações sociais.

A emenda não deve ser acolhida em vista do disposto no art. 117 do Projeto, que delimita o princípio da limitação da responsabilidade dos sócios pelas obrigações sociais. O Projeto adotou a seguinte técnica, em relação aos princípios: enuncia todos de determinado Livro ou Título num dispositivo e nos imediatamente subsequentes delimita seu conteúdo. A interpretação de qualquer diploma legal há de ser sistemática. Não se deve interpretar isoladamente nenhum dispositivo.

- **Emenda Supressiva nº 159/13**, de autoria do Deputado Laércio Oliveira.

Essa emenda propõe a supressão do inciso V do art. 113 do Projeto, que enuncia o princípio majoritário.

A emenda não deve ser acolhida, porque ela está em completo descompasso com entendimento doutrinário assente. Segundo este entendimento, vigora no direito societário o princípio majoritário (Consultem-se, entre outros, sobre o tema: José Alexandre Tavares Guerreiro e Egberto Lacerda Teixeira, *Das sociedades anônimas no direito brasileiro*. São Paulo: Bushatsky, 1979, vol. 1, pg. 292/293; José Luiz Bulhões Pedreira e Alfredo Lamy Filho, *Direito das Companhias*. Rio de Janeiro: GEN-Forense, 2009, vol. 1, pgs. 808/814; Alfredo Lamy Filho, *Temas de S.A.* Rio de Janeiro: Renovar, 2007, pgs. 195/202; Luiz Gastão Paes de Barros Leães, *Pareceres*. São Paulo: Singular, 2004, vol. I, pgs. 358/366.).

- **Emenda Modificativa nº 160/13**, de autoria do Deputado Laércio Oliveira.

Essa emenda propõe alterar a redação do inciso II do art. 113 do Projeto.

A emenda não deve ser acolhida, porque a expressão “empresa” tem sentido específico no Projeto (art. 2º) e a alteração proposta a emprega em sentido diverso. Ademais, a compatibilização do Projeto com a

Eireli foi feita pelo Deputado Marcos Montes, autor da lei da Eireli, por meio da Emenda nº 3/12.

- **Emendas Modificativas nºs 128/13 e nº 162/13**, ambas de autoria do Deputado Laércio Oliveira.

Essas emendas propõem alteração na redação dos arts. 126 e 127 do Projeto, para condicionar o fim da personalidade jurídica da sociedade empresária ao devido registro na Junta Comercial.

As emendas são parcialmente aceitas, com pequenas alterações redacionais.

- **Emenda Modificativa nº 164/13**, de autoria do Deputado Laércio Oliveira.

Essa emenda propõe alteração no art. 142, para substituir-se “sociedade” por “empresa”.

A emenda não deve ser acolhida pelos seguintes motivos técnicos: (a) o Projeto possui um conceito próprio de “empresa” (art. 2º), com o qual a emenda não se compatibiliza; (b) o direito brasileiro sempre definiu, e ainda hoje define, a sociedade brasileira em função de dois elementos, quais sejam a sede e a lei de organização (Decreto-Lei nº 2.627/40, art. 60; CC, art. 1.126). Convém manter esse mesmo critério.

- **Emenda Supressiva nº 165/13**, de autoria do Deputado Laércio Oliveira.

Essa emenda propõe a supressão do art. 143 do Projeto.

Essa emenda é aceita. O texto do artigo em questão contraria o propósito almejado com a Emenda Constitucional nº 6/1995, que eliminou a distinção entre pessoa jurídica de capital nacional e de capital estrangeiro.

O texto proposto causaria, ainda, uma dificuldade adicional, nas hipóteses em que a sociedade tivesse como sócios fundos de investimento ou companhias abertas com controle pulverizado.

- **Emenda Modificativa nº 184/13**, de autoria do Deputado Laércio Oliveira.

Essa emenda propõe alteração no art. 192 do Projeto, para que a sociedade limitada somente possa ser constituída por, no mínimo, dois sócios.

A emenda não deve ser acolhida, porque seu objetivo é o de compatibilizar o Projeto com a criação, no direito brasileiro, da Eireli, por meio da Lei nº 12.441, de 2011. Essa lei é de autoria do Deputado Marcos Montes, que apresentou emenda, logo no início da tramitação do Projeto, com este objetivo de compatibilização (Emenda nº 3/12), que deve ser acolhida, em detrimento da emenda nº 184/13.

- **Emenda Supressiva nº 185/13**, de autoria do Deputado Laércio Oliveira.

Essa emenda propõe a supressão do Capítulo referente às operações societárias.

A emenda não deve ser acolhida, porque, conforme já destacado anteriormente, as operações de transformação, incorporação, fusão e cisão estão, desde a entrada em vigor do Código Civil, em 2003, sujeitas a dois regimes jurídicos diferentes. A duplicidade de regimes não convém à economia brasileira, uma vez que apenas aumenta a complexidade e os custos. Deve-se, na verdade, buscar a unificação das regras dos dois regimes.

- **Emenda Substitutiva nº 192/13**, de autoria do Deputado Alessandro Molon.

Essa Emenda propõe a substituição do Projeto de Código Comercial como um todo por uma simples lei sobre as sociedades limitadas. Com isso, deixariam de ser tratadas, por exemplo, questões importantes como a regulamentação do agronegócio e a atualização da legislação sobre direito marítimo. A emenda contém, assim, aspectos e dispositivos que não podem ser aproveitados.

A emenda, contudo, apresenta outras sugestões importantes e valiosas para o aprimoramento da disciplina da sociedade limitada, que incorporo neste Relatório, a saber: (a) qualificação do sócio-pessoa jurídica pela nacionalidade; (b) disciplina das quotas preferenciais; (c)

regime das sociedades dissolvidas por decurso de prazo; (d) admissão da emissão privada de debêntures.

Por tais razões, acolho parcialmente a emenda em questão.

- **Emendas Modificativas nºs 202/15, 203/15, 204/15, 205/15, 206/15 e 207/15**, todas de autoria do Deputado Eli Corrêa Filho.

As finalidades e nosso posicionamento em relação a cada emenda são os seguintes:

a) **EM nº 202/15** – objetiva oferecer nova redação ao parágrafo único do art. 122 do PL com o seguinte teor: “A sociedade simples pode adotar qualquer tipo das sociedades empresárias, exceto o de sociedade por ações, não o fazendo terá ampla liberdade de constituição, respeitados os princípios e normas de registros públicos, devendo declarar se responde ou não subsidiariamente pelas obrigações sociais no instrumento levado ao Registro Civil de Pessoas Jurídicas.”

Esta Emenda propõe a introdução de parágrafo único ao art. 122, com o objetivo de disciplinar a Sociedade Simples.

Nosso entendimento é de que a emenda deve ser rejeitada. As sociedades simples devem continuar a ser regidas pelo Código Civil. Ao Código Comercial cabe disciplinar exclusivamente as sociedades que exploram atividade econômica de modo empresarial. Assim como não foi apropriado levar as sociedades empresárias para o Código Civil, em 2002, também não seria apropriado trazer as sociedades simples para o Código Comercial. O mais adequado e compatível com os objetivos fundamentais do Projeto 1.572/11 é o de continuar o Código Civil a tratar da sociedade simples e cuidar o futuro Código Comercial apenas das sociedades empresárias;

b) **EM nº 203/15** – objetiva oferecer nova redação ao art. 125 do PL com o seguinte teor: “A sociedade empresária adquire personalidade jurídica com o arquivamento de seu ato constitutivo no Registro Público de Empresas, a sociedade e o empreendedor simples adquirem personalidade jurídica com o registro no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.”

O objetivo da emenda é introduzir, no dispositivo relativo à obrigação de registro na Junta Comercial, a referência à obrigação de registro da sociedade simples no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

O Código Civil vigente já estabelece esta obrigação (art. 1.150) e o Projeto de Código Comercial reforça a vinculação das sociedades simples ao Registro Civil de Pessoas Naturais (art. 665).

A nosso ver, a emenda deve ser rejeitada, pelas mesmas razões aduzidas acima: “As sociedades simples devem continuar a ser regidas pelo Código Civil. Ao Código Comercial cabe disciplinar exclusivamente as sociedades que exploram atividade econômica de modo empresarial. Assim como não foi apropriado levar as sociedades empresárias para o Código Civil, em 2002, também não seria apropriado trazer as sociedades simples para o Código Comercial. O mais adequado e compatível com os objetivos fundamentais do Projeto nº 1.572/11 é o de continuar o Código Civil a tratar da sociedade simples e cuidar o futuro Código Comercial apenas das sociedades empresárias”;

c) **EM nº 204/15** – objetiva oferecer nova redação ao art. 126 do PL, com o seguinte teor: “Termina a personalidade jurídica das sociedades simples ou empresária com a partilha, depois de regularmente dissolvida e liquidada com registro desses atos.”

A Emenda visa trazer para o Código Comercial a disciplina relativa ao término da personalidade jurídica da sociedade simples, que se encontra regulada no Código Civil (art. 45).

Também entendemos que esta emenda deve ser rejeitada, pelas mesmas razões aduzidas acima: “As sociedades simples devem continuar a ser regidas pelo Código Civil. Ao Código Comercial cabe disciplinar exclusivamente as sociedades que exploram atividade econômica de modo empresarial. Assim como não foi apropriado levar as sociedades empresárias para o Código Civil, em 2002, também não seria apropriado trazer as sociedades simples para o Código Comercial. O mais adequado e compatível com os objetivos fundamentais do Projeto nº 1.572/11 é o de continuar o Código Civil a tratar da sociedade simples e cuidar o futuro Código Comercial apenas das sociedades empresárias.”;

d) **EM nº 205/15** – objetiva oferecer nova redação ao art. 127 do PL, com o seguinte teor: “Também acarreta o fim da personalidade jurídica das sociedades simples ou empresária, sua incorporação em outra, fusão ou cisão total.”

A Emenda visa disciplinar o término da personalidade jurídica da sociedade simples, em razão da sua incorporação em outra, fusão

ou cisão total, que é um tipo societário hoje integralmente regulado no Código Civil.

Esta emenda igualmente deve ser rejeitada, pelas mesmas razões aduzidas acima: “As sociedades simples devem continuar a ser regidas pelo Código Civil. Ao Código Comercial cabe disciplinar exclusivamente as sociedades que exploram atividade econômica de modo empresarial. Assim como não foi apropriado levar as sociedades empresárias para o Código Civil, em 2002, também não seria apropriado trazer as sociedades simples para o Código Comercial. O mais adequado e compatível com os objetivos fundamentais do Projeto nº 1.572/11 é o de continuar o Código Civil a tratar da sociedade simples e cuidar o futuro Código Comercial apenas das sociedades empresárias.”;

e) **EM nº 206/15** – objetiva oferecer nova redação ao art. 132 do PL, com o seguinte teor: “É irregular a sociedade que explora atividade empresarial ou simples sem o prévio arquivamento do seu ato constitutivo no Registro Público de Empresas ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.”

O objetivo da emenda é acrescentar a sociedade simples não registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas ao conceito de sociedade irregular (agora, “informal”), matéria atualmente disciplinada no Código Civil.

A emenda deve ser rejeitada, pelas mesmas razões aduzidas acima: “As sociedades simples devem continuar a ser regidas pelo Código Civil. Ao Código Comercial cabe disciplinar exclusivamente as sociedades que exploram atividade econômica de modo empresarial. Assim como não foi apropriado levar as sociedades empresárias para o Código Civil, em 2002, também não seria apropriado trazer as sociedades simples para o Código Comercial. O mais adequado e compatível com os objetivos fundamentais do Projeto nº 1.572/11 é o de continuar o Código Civil a tratar da sociedade simples e cuidar o futuro Código Comercial apenas das sociedades empresárias.”;

f) **EM nº 207/15** – objetiva oferecer nova redação ao *caput* e ao § 2º do art. 141 do PL, com o seguinte teor:

“Art. 141. A certidão expedida pelo Registro Público de Empresas e pelo Registro Civil de Pessoas Jurídicas será documento hábil para transferência, no registro público competente, dos bens com que o sócio tiver contribuído para a formação do capital social.

§ 2º Este dispositivo aplica-se também aos casos de incorporação, cisão e fusão de sociedade simples e empresária.”

Esta emenda visa a trazer para o Código Comercial uma disposição relativa à eficácia de atos praticados pelo Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

A emenda também deve ser rejeitada, pelas mesmas razões aduzidas acima: “As sociedades simples devem continuar a ser regidas pelo Código Civil. Ao Código Comercial cabe disciplinar exclusivamente as sociedades que exploram atividade econômica de modo empresarial. Assim como não foi apropriado levar as sociedades empresárias para o Código Civil, em 2002, também não seria apropriado trazer as sociedades simples para o Código Comercial. O mais adequado e compatível com os objetivos fundamentais do Projeto nº 1.572/11 é o de continuar o Código Civil a tratar da sociedade simples e cuidar o futuro Código Comercial apenas das sociedades empresárias”.

III. Do Substitutivo do Relator-Parcial

Com base no art. 206, parágrafo único, IV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, são apresentadas as seguintes alterações, na forma do Substitutivo anexo, proposto por este Relator-Parcial:

III. I - Responsabilidade Subsidiária dos Sócios:

Procede-se a um aprimoramento da redação do art. 114, para explicitar que a responsabilidade subsidiária dos sócios de sociedades empresárias se dá apenas nos termos da lei.

III. II - Maioria Societária:

Em razão da possibilidade de emissão de ações e quotas sem direito de voto, procede-se a um aprimoramento da redação dos arts. 118, 120 e 127, I, do Projeto, refletindo a possibilidade de que o controle possa ser exercido, de modo que as ações ou quotas com direito a voto representem a maioria do capital social.

III. III - Desconsideração da Personalidade Jurídica:

Procede-se à nova redação do art. 128 (ver consolidação contida no Substitutivo anexo), visando a aprimorar-se o instituto da desconsideração da personalidade jurídica.

Como destacado de início, o Projeto preocupa-se em detalhar a disciplina deste instituto, porque a menção em dispositivos genéricos, como é feita atualmente pelo art. 50 do Código Civil, não tem se mostrado suficiente para se evitarem as distorções e excessos na repressão ao abuso da forma da pessoa jurídica.

III. IV - Sociedade Limitada:

Procede-se à revisão da redação dos dispositivos relativos à sociedade limitada, com o objetivo de aprimorá-la.

Essa sociedade é muito importante, na economia brasileira, e, sem dúvida, a nova disciplina da limitada é ansiosamente aguardada, como uma das mais significativas contribuições que o futuro Código Comercial trará ao marco regulatório da microeconomia.

III. V - Representação Legal:

O dispositivo sobre representação legal (art. 124 do Projeto) deve ser simplificado, passando a prever, no *caput*, que “Ressalvada a hipótese de boa-fé do outro contratante, a sociedade empresária não se obriga perante outro empresário, por ato do seu administrador praticado com excesso de poderes ou contrariamente ao disposto no estatuto ou contrato social arquivado no Registro Público de Empresas”. E, em parágrafo único, que “O administrador responderá, em regresso, pelos prejuízos causados à sociedade”.

Deste modo, todas as hipóteses anteriormente distribuídas entre os parágrafos ficam consolidadas no *caput* do artigo em questão, ganhando a disposição em clareza e simplicidade.

III. VI - Operações Societárias:

Não convém introduzir, nas operações societárias de redução de capital social, incorporação, fusão e cisão a exigência relativa à comunicação aos credores microempresários e empresários de pequeno porte,

porque ela importaria desnecessária burocratização de procedimentos importantes para o desenvolvimento do mercado no Brasil. Suprimo, portanto, essa exigência que o Projeto pretende introduzir.

III. VII - Sociedade em Conta de Participação:

O Projeto inclui as sociedades em conta de participação entre os “contratos”, disciplinando-as no Livro III.

Essa classificação da “conta de participação”, contudo, pode trazer implicações, de ordem tributária, passíveis de comprometer este importante instrumento de alocação de riscos.

Por esta razão, este Relatório reintroduz a “conta de participação” dentre os tipos societários disciplinados no Código Comercial.

Diante de todo o exposto, nosso voto, neste Relatório Parcial, é pela aprovação do Livro II do PL nº 1.572/11, mediante a **aprovação** das emendas de nºs 11/12, 12/12, 16/12, 40/12, 44/12, 161/13 e 165/13; a **aprovação parcial** das emendas nºs 29/12, 30/12, 36/12, 37/12, 38/12, 89/13, 128/13, 162/13 e 192/13 e, finalmente, pela **rejeição** das emendas de nºs 6/12, 7/12, 9/12, 13/12, 54/12, 69/13, 75/13, 79/13, 80/13, 158/13, 159/13, 160/13, 164/13, 184/13, 185/13, 191/13, 202/15, 203/15, 204/15, 205/15, 206/15 e 207/15; **o que fazemos nos termos do Substitutivo anexo.**

Sala da Comissão, em de maio de 2015.

Deputado AUGUSTO COUTINHO
Relator Parcial do Livro II

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1.572, DE 2011, DO SR. VICENTE CÂNDIDO, QUE "INSTITUI O CÓDIGO COMERCIAL".

SUBSTITUTIVO DO RELATOR PARCIAL AO LIVRO II - PROJETO DE LEI Nº 1.572, DE 2011.

Institui o Código Comercial.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Livro II, que compreende os arts. 113 a 267, constante do Projeto de lei em epígrafe, passa a vigorar com a seguinte redação:

Livro II – Das Sociedades Empresárias

Título I – Das Disposições Gerais

Capítulo I – Dos Princípios do Direito Comercial

Societário

Art. 113. São princípios do direito comercial societário:

I - liberdade de associação;

II - autonomia patrimonial da sociedade empresária;

III - subsidiariedade da responsabilidade dos sócios pelas obrigações sociais;

IV - limitação da responsabilidade dos sócios pelas obrigações sociais como proteção do investimento; e

V - prevalência da vontade ou entendimento da maioria nas deliberações sociais.

Art. 114. A liberdade de associação é irrestrita no momento da constituição da sociedade empresária e, respeitadas as regras atinentes à sucessão causa mortis, também quando do ingresso na sociedade já constituída, não podendo ninguém ser obrigado a se tornar sócio contra a vontade, mas, uma vez ingressando na sociedade empresária, o sócio não poderá dela se desligar senão nas hipóteses previstas em lei.

Art. 115. A sociedade empresária não se confunde com os sócios que a integram.

Art. 116. A responsabilidade dos sócios pelas obrigações sociais é sempre subsidiária, respeitadas as regras legais.

Parágrafo único. Os bens dos sócios não podem ser executados por dívidas da sociedade, senão depois de executados todos os bens do patrimônio social.

Art. 117. Exceto nas sociedades referidas nos incisos III e IV do art. 122, os sócios respondem pelas obrigações sociais apenas pelo montante que estão dispostos a investir na atividade empresarial.

Art. 118. A maioria societária será definida proporcionalmente à contribuição de cada sócio para o capital social, salvo quando admitida a emissão de quotas ou ações preferenciais, quando a maioria será definida proporcionalmente às quotas ou ações com direito a voto.

Art. 119. Em caso de empate, considera-se não aprovada a matéria objeto de votação.

Art. 120. O investimento do sócio minoritário é protegido mediante a responsabilização do controlador no caso de exercício abusivo dos direitos de sócio.

Art. 121. Os casados podem ser sócios, independentemente do regime de bens do casamento.

Art. 122. A sociedade empresária pode adotar os seguintes tipos:

- I - sociedade anônima;
- II - sociedade limitada;
- III - sociedade em nome coletivo;
- IV - sociedade em comandita simples;
- V - sociedade em comandita por ações; e
- VI - sociedade em conta de participação.

Art. 123. Ressalvada a hipótese de boa-fé do outro contratante, a sociedade empresária não se obriga perante outro empresário, por ato do seu administrador praticado com excesso de poderes ou contrariamente ao disposto no estatuto ou contrato social arquivado no Registro Público de Empresas.

Parágrafo único. O administrador responderá, no exercício de direito de regresso, pelos prejuízos causados à sociedade.

Capítulo II - Do Governo da Sociedade

Art. 124. Na administração da sociedade, serão adotadas as melhores práticas de governo.

Art. 125. São objetivos das melhores práticas de governo da sociedade:

I - distinguir os interesses particulares dos sócios ou acionistas, em especial os do sócio ou do acionista controlador, dos interesses da sociedade;

II - neutralizar potenciais conflitos de interesse entre administradores e sócios ou acionistas;

III - respeitar os interesses dos sócios ou acionistas minoritários;

IV - contribuir para a administração competente da empresa; e

V - conferir transparência aos negócios sociais, preservados os segredos da empresa, além das informações reservadas, confidenciais e estratégicas da sociedade.

Capítulo III - Da Personalidade Jurídica

Seção I - Do Início e Término

Art. 126. A sociedade empresária adquire personalidade jurídica com o arquivamento de seu ato constitutivo no Registro Público de Empresas.

Art. 127. Termina a personalidade jurídica da sociedade empresária com a partilha, depois de regularmente dissolvida e liquidada, com a averbação dos respectivos atos no Registro Público de Empresas.

Art. 128. Também acarreta o fim da personalidade jurídica da sociedade empresária sua incorporação em outra, fusão ou cisão total, com a averbação dos respectivos atos no Registro Público de Empresas.

Seção II - Da Desconsideração da Personalidade Jurídica

Art. 129. Em caso de confusão patrimonial, desvio de finalidade, abuso da forma societária ou de fraude perpetrada por meio da autonomia patrimonial da sociedade empresária, o juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica própria desta, mediante requerimento da parte interessada ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no feito, para imputar a responsabilidade ao sócio ou administrador, estendendo os efeitos aos bens particulares destes.

Art. 130. A simples insuficiência de bens no patrimônio da sociedade empresária para a satisfação de direito de credor não autoriza a desconsideração de sua personalidade jurídica.

Art. 131. A imputação de responsabilidade ao sócio ou administrador, em decorrência da desconsideração da personalidade jurídica da sociedade empresária, só poderá ser determinada pelo juiz depois de assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Art. 132. No mesmo ato em que deferir pedido de desconsideração da personalidade jurídica de sociedade empresária, o juiz

determinará a comunicação ao distribuidor, com a identificação do sócio ou administrador a quem imputou responsabilidade.

Capítulo IV - Da Sociedade Empresária Informal

Art. 133. É informal a sociedade que explora atividade empresarial sem o prévio arquivamento de seu ato constitutivo no Registro Público de Empresas.

Art. 134. O Poder Público desenvolverá políticas visando estimular a formalização da sociedade empresária informal.

Art. 135. A sociedade informal não é dotada de personalidade jurídica e todos os seus sócios respondem pelas obrigações sociais direta, solidária e ilimitadamente.

Art. 136. Entre os sócios, a sociedade só se prova mediante a exibição do contrato social escrito, ainda que este instrumento não preencha todos os requisitos da lei.

Art. 137. Terceiros podem provar, por qualquer meio, a existência de sociedade informal entre duas ou mais pessoas.

Art. 138. Além de outros impedimentos e sanções derivados da falta da inscrição no Registro Público de Empresas, a sociedade empresária informal não pode:

I - requerer a falência de outro empresário;

II - requerer a recuperação judicial ou a homologação judicial de recuperação extrajudicial;

III - autenticar seus livros e documentos no Registro Público de Empresas.

Art. 139. No que não contrariar o disposto neste Capítulo, a sociedade informal se sujeita às disposições relativas à sociedade limitada.

Capítulo V - Dos Atos Societários

Art. 140. Desde que certificadas as assinaturas no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas brasileira (ICP-Brasil), os atos societários

não podem ter a existência, validade, eficácia e registrabilidade negadas só pela circunstância de terem sido elaborados e mantidos em meio eletrônico.

Art. 141. Os atos societários em suporte papel podem adotar a forma de instrumento público ou privado, à escolha dos sócios.

Art. 142. As alterações contratuais ou estatutárias em suporte papel poderão ser efetivadas por escritura pública ou particular, independentemente da forma adotada no ato constitutivo.

Art. 143. A certidão expedida pelo Registro Público de Empresas será o documento hábil para a transferência, no registro público competente, dos bens com que o sócio tiver contribuído para a formação ou aumento do capital social.

§ 1º O documento societário que aprovar a transferência do bem à titularidade da pessoa jurídica deverá identificá-lo com precisão, contendo todos os elementos necessários à transcrição no registro público.

§ 2º Este dispositivo aplica-se também aos casos de incorporação, fusão e cisão de sociedade empresária.

Capítulo VI - Da Nacionalidade da Sociedade Empresária

Art. 144. É brasileira a sociedade constituída de acordo com as leis brasileiras e cuja sede se situe no território nacional.

Título II - Da Sociedade Anônima

Art. 145. Na sociedade anônima ou companhia, o capital divide-se em ações, obrigando-se cada sócio ou acionista pelo preço de emissão das ações que subscrever ou adquirir.

Art. 146. A sociedade anônima rege-se por lei especial, aplicando-se-lhe, nos casos omissos, as disposições deste Código.

Título III - Da Sociedade Limitada

Capítulo I - Das Disposições Gerais

Art. 147. Na sociedade limitada, o sócio responde pelas obrigações sociais até o limite do capital social subscrito e não integralizado.

Parágrafo único. No caso de falência da sociedade, os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Art. 148. Nas omissões deste Título, e nada dispondo o contrato social, aplicam-se à sociedade limitada, quando compatíveis, as normas da sociedade anônima.

Art. 149. A sociedade limitada pode emitir debêntures, que conferirão aos titulares direito de crédito, nas condições da escritura de emissão e, se houver, do certificado.

Parágrafo único. Será sempre privada a emissão de debêntures pela sociedade limitada.

Capítulo II - Das Quotas

Art. 150. O capital social da sociedade limitada divide-se em quotas.

Art. 151. Todas as quotas serão subscritas pelo sócio ou sócios, para integralização em dinheiro, bens ou crédito, na forma do contrato social.

§ 1º O sócio que integralizar quotas mediante transferência do domínio, posse ou uso de bem, responde pela evicção e aquele que integralizar mediante transferência da titularidade de crédito, responde pela existência deste e pela solvência do devedor.

§ 2º Pela exata estimação de bens conferidos ao capital social respondem solidariamente todos os sócios, até o prazo de 5 (cinco) anos da data do registro do contrato social ou da alteração contratual.

Art. 152. Em caso de mora na integralização da quota, o sócio remisso poderá ser excluído ou judicialmente executado.

§ 1º O contrato social que atende aos requisitos da lei processual é título executivo extrajudicial para os fins de cobrança do sócio remisso.

§ 2º A sociedade restituirá ao sócio excluído as entradas que tiver feito, acrescidas de correção monetária e deduzidos do valor a

restituir os juros e, se previsto no contrato social, multa e honorários de advogado, sem prejuízo da apuração das perdas e danos.

§ 3º Na hipótese de exclusão do sócio, as quotas não integralizadas serão canceladas, com redução do capital social, salvo se integralizadas pelos demais sócios ou terceiros.

Art. 153. A contribuição do sócio não pode consistir em prestação de serviços.

Art. 154. O contrato social definirá se a quota é, ou não, indivisível em relação à sociedade.

Art. 155. Em caso de condomínio de quota, o exercício dos direitos societários caberá ao representante indicado pelos condôminos, e estes responderão solidariamente por sua integralização.

Art. 156. Salvo disposição em contrário no contrato social, em caso de falecimento de sócio, as quotas passam, independentemente de alteração contratual, à titularidade dos sucessores, cabendo ao inventariante o exercício dos direitos societários.

Art. 157. O contrato social poderá dispor sobre as condições para a alienação das quotas.

Parágrafo único. Na omissão do contrato social, o sócio não pode ceder quotas a pessoa estranha à sociedade sem a anuência dos demais sócios.

Art. 158. As quotas são penhoráveis por dívida do sócio, salvo quando gravadas, na forma da lei, com a cláusula de impenhorabilidade.

Art. 159. A sociedade poderá, até o montante do saldo de lucros e reservas, e mediante alteração do contrato social, adquirir de sócio as quotas já totalmente integralizadas representativas de seu próprio capital social, para mantê-las em tesouraria.

Parágrafo único. As quotas em tesouraria não conferirão direito ao voto, nem ao recebimento de participação nos lucros.

Art. 160. As quotas podem ser empenhadas, por meio de instrumento público ou particular, arquivado na Junta Comercial da sede da sociedade, dispensado o registro no Registro de Títulos e Documentos.

§ 1º Na omissão do contrato social, o sócio não pode oferecer em penhor ou empenhar quotas sem a anuência dos demais.

§ 2º O instrumento de instituição de penhor, acompanhado da anuência dos sócios, deve ser apresentado a arquivamento no prazo de até 30 (trinta) dias, contados de sua assinatura, a cuja data retroagirão os efeitos do arquivamento e, fora deste prazo, o arquivamento só terá eficácia a partir do despacho que o conceder.

Art. 161. O contrato social pode prever quotas preferenciais, com ou sem limitação ou supressão do direito de voto nas deliberações adotadas em reunião ou assembleia de sócios.

§ 1º As preferências ou vantagens asseguradas pelas quotas preferenciais serão definidas com precisão pelo contrato social.

§ 2º Os titulares de quotas que não atribuam aos seus titulares direito de voto adquirirão esse direito se a sociedade, pelo prazo previsto no contrato social, que não poderá exceder 3 (três) exercícios consecutivos, deixar de distribuir dividendos em razão da preferência ou vantagem assegurada às quotas preferenciais, direito que conservarão até o pagamento, se tais dividendos não forem cumulativos, ou até que sejam pagos os cumulativos em atraso.

§ 3º As quotas preferenciais com limitação ou supressão do direito de voto não poderão ser representativas de mais do que metade do capital social.

Capítulo III - Do Contrato Social

Art. 162. A sociedade limitada constitui-se mediante contrato escrito, por instrumento particular ou público, que, além das cláusulas estipuladas pelas partes, somente poderá ser arquivado no Registro Público de Empresas se contiver:

I - a identificação e qualificação dos sócios;

II - a denominação, objeto e sede da sociedade;

III - o capital social, expresso em moeda nacional;

IV - as quotas subscritas por cada sócio no capital social, o modo e prazo de sua integralização; e

V - a identificação e qualificação do administrador ou administradores, salvo no caso do art. 175.

§ 1º O sócio pessoa natural e o administrador serão identificados pelo seu nome civil e qualificados pela nacionalidade, estado civil, profissão, domicílio, número de carteira de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF.

§ 2º O sócio pessoa jurídica será identificado por sua denominação e qualificado pela nacionalidade, sede e o número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

§ 3º Se o contrato não mencionar a duração da sociedade, será tida como contratada por prazo indeterminado.

Art. 163. Havendo incapaz entre os sócios, o contrato social ou a alteração contratual somente será arquivado no Registro Público de Empresa se o capital social estiver totalmente integralizado, sendo-lhe vedado o exercício da administração.

Art. 164. Sócios podem celebrar acordo de quotistas, mas será ineficaz, em relação a terceiros ou à sociedade, qualquer cláusula contrária ao contrato social.

Parágrafo único. Aplicam-se ao acordo de quotistas as normas relativas ao acordo de acionistas previstas na lei das sociedades por ações.

Art. 165. Salvo disposição em contrário no contrato social, qualquer cláusula pode ser alterada por vontade de sócios titulares de mais da metade do capital social.

Capítulo IV - Da Administração

Art. 166. A administração da sociedade limitada compete a um ou mais administradores, pessoas naturais, identificados e qualificados no contrato social, residentes no País.

Art. 167. O contrato social poderá instituir conselho de administração, regulando sua composição, competência e funcionamento.

§ 1º Na hipótese do *caput* deste artigo, serão arquivadas no Registro Público de Empresas as atas referentes a deliberações que devam produzir efeitos perante terceiros.

§ 2º O conselho de administração poderá ser integrado por pessoas não residentes no País.

Art. 168. A qualidade de sócio não é condição para o exercício da função de administrador.

Art. 169. Os poderes do administrador, ou de cada um deles, e as condições para a representação da sociedade serão definidos no contrato social.

§ 1º Em caso de omissão do contrato social, a administração e representação da sociedade competem isoladamente a cada um dos administradores.

§ 2º A administração atribuída no contrato a todos os sócios não se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade.

Art. 170 O administrador é obrigado a prestar contas anuais aos sócios, na forma prevista pelo contrato social.

Art. 171. O contrato social poderá instituir conselho fiscal, regulando sua composição, competência e funcionamento.

Art. 172. O contrato social poderá estabelecer mandato do administrador por prazo determinado, caso em que ele será eleito em reunião dos sócios e sua identificação e qualificação constarão da respectiva ata.

Parágrafo único. A investidura do eleito nas funções de administrador, no caso do *caput* deste artigo, decorrerá do arquivamento da ata no Registro Público de Empresas.

Capítulo V - Do Sócio

Art. 173. A sociedade limitada será constituída por um ou mais sócios.

Art. 174. Observados os limites prescritos neste Código, as obrigações do sócio começam imediatamente com o contrato e terminam:

I - depois de liquidada a sociedade, quando se extinguirem as responsabilidades sociais; ou

II - após o transcurso do prazo de 2 (dois) anos, contados do arquivamento da alteração contratual relativa à cessão da totalidade de suas quotas sociais, exercício do direito de retirada ou exclusão.

Art. 175. Salvo disposição diversa no contrato social ou acordo dos sócios, cada um participa dos lucros da sociedade proporcionalmente à participação no capital social.

Art. 176. É nula a cláusula que exclua qualquer dos sócios da participação nos lucros da sociedade.

Art. 177. As deliberações de sócios relativas aos negócios sociais independem de assembleia, reunião ou de qualquer outra formalidade, salvo quando expressamente previsto neste Código, na lei ou no contrato social.

§ 1º Depende de reunião de sócios:

I - qualquer deliberação relativa aos negócios sociais, quando houver quotas preferenciais;

II - a eleição de administrador para mandato por prazo determinado;

III - a aprovação de emissão de debêntures.

§ 2º No caso do § 1º, o contrato social disporá sobre convocação e funcionamento da reunião de sócios.

§ 3º As disposições contratuais sobre a convocação da reunião de sócios consideram-se supridas quando as deliberações constarem

de documento assinado por todos os sócios, inclusive os titulares de quotas preferenciais.

Art. 178. A distribuição de lucros ilícitos, fictícios ou à conta do capital social acarreta a responsabilidade solidária do administrador que a realizou e do sócio que os recebeu, perante a sociedade e terceiros.

Parágrafo único. Será excluído da responsabilidade o sócio que recebeu os lucros indevidos de boa-fé.

Art. 179. O sócio tem direito, mediante solicitação, feita com antecedência de 5 (cinco) dias, de examinar a escrituração, documentos, estado do caixa e extratos bancários da sociedade, na sede desta e a qualquer tempo, a menos que o contrato social estabeleça periodicidade para o exame.

Capítulo VI - Da Dissolução Parcial

Seção I - Das Disposições Gerais

Art. 180. São causas da dissolução parcial da sociedade limitada:

I - o falecimento de sócio, ressalvados os casos dos arts. 184 e 185;

II - o exercício do direito de retirada; e

III - a exclusão de sócio.

Art. 181. A dissolução parcial importa a redução do capital social no montante equivalente às quotas do sócio excluído, falecido ou retirante.

Seção I - Da Morte de Sócio

Art. 182. O contrato social pode estabelecer que a morte de sócio acarreta a dissolução parcial da sociedade limitada.

Art. 183. Se todos os sócios sobreviventes e todos os sucessores do sócio falecido estiverem de acordo em continuar a sociedade, não terá eficácia a cláusula do contrato social estabelecendo a morte de sócio como causa de dissolução parcial.

Seção II - Da Retirada de Sócio

Art. 184. A retirada pode ser imotivada na sociedade contratada por prazo indeterminado, mas deve ser motivada na contratada por prazo determinado.

Art. 185. Na sociedade limitada contratada por prazo indeterminado, o sócio pode se retirar a qualquer tempo, mediante notificação endereçada à sociedade.

Art. 186. Torna-se ineficaz o exercício do direito de retirada, se, nos 10 (dez) dias seguintes, for deliberada a dissolução total da sociedade, por sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social, excluída a participação do retirante.

Art. 187. Exercido o direito de retirada, se a alteração contratual não for arquivada no Registro Público de Empresas no prazo de até 30 (trinta) dias, o sócio retirante poderá formalizar a dissolução parcial mediante o arquivamento da notificação.

Art. 188. Na sociedade limitada contratada por prazo determinado, o sócio só pode se retirar no caso de discordar de qualquer alteração contratual ou operação societária deliberada pela maioria.

§ 1º O prazo para o sócio dissidente exercer o direito de retirada é de até 30 (trinta) dias, seguintes ao do arquivamento, no Registro Público de Empresas, do instrumento de alteração contratual que deu origem à dissidência.

§ 2º Se os sócios que aprovaram a alteração contratual que deu origem à dissidência quiserem evitar os efeitos da dissolução parcial, poderão, nos 10 (dez) dias seguintes ao término do prazo referido no parágrafo anterior, levar a arquivamento no Registro Público de Empresas o instrumento desconstituindo a alteração.

Seção III - Da Exclusão de Sócio

Art. 189. O sócio só pode ser excluído da sociedade limitada:

I - por inadimplemento da obrigação de integralizar quotas subscritas; ou

II - por justa causa.

Art. 190. As seguintes condutas, além de outras, na medida em que configurem grave descumprimento de obrigação societária, caracterizam justa causa para a exclusão:

I - concorrência com a sociedade não autorizada pelos demais sócios;

II - atos que obstem ou dificultem a regular gestão da empresa;

III - apropriação ou uso indevido de recursos financeiros, materiais ou humanos da sociedade; e

IV - aquelas previstas no contrato social.

Art. 191. Desconstituída em juízo a dissolução parcial extrajudicial, em razão da inexistência de causa para a exclusão, o sócio reintegrado tem direito de receber:

I - da sociedade, a participação nos resultados que deixou de auferir, com correção monetária; e

II - dos sócios que assinaram o instrumento de alteração contratual, indenização por danos materiais e morais, bem como o valor dos juros incidentes sobre a participação nos resultados que deixou de auferir.

Seção V - Da Apuração de Haveres e do Reembolso

Subseção I - Disposições Gerais

Art. 192. Formalizada a dissolução parcial da sociedade, esta procederá à apuração de haveres do sócio desligado e cálculo do reembolso nos 30 (trinta) dias seguintes.

Art. 193. O contrato social estabelecerá o critério de avaliação das quotas para fins de apuração de haveres e definição do valor do reembolso.

Parágrafo único. Prevalecerá o critério consciente e livremente contratado pelos sócios, ainda que de sua aplicação resulte ou possa resultar em enriquecimento de qualquer das partes, em detrimento da outra.

Art. 194. O reembolso será pago ao sócio desligado ou ao espólio do sócio falecido nos 60 (sessenta) dias seguintes à formalização da dissolução parcial, salvo se o contrato social estabelecer prazo diverso ou parcelamento.

Parágrafo único. O sócio desligado ou o espólio do sócio falecido tem direito à correção monetária do valor do reembolso, calculada desde a data do balanço de determinação até o seu pagamento e, ocorrendo este quando já transcorrido o prazo do *caput* deste artigo, também aos consectários legais.

Art. 195. Em caso de divergência relativa ao valor do reembolso, a parte incontroversa deverá ser paga no prazo do *caput* do art. 194, sob pena de a sociedade arcar com multa no valor de 20% (vinte por cento).

Parágrafo único. Tratando-se de retirada imotivada, a multa de que trata o *caput* deste artigo poderá ser afastada ou reduzida pelo juiz ou tribunal arbitral, quando as condições econômico-financeiras da sociedade não permitirem o pagamento, sendo vedada, enquanto pendente o pagamento da parte incontroversa do valor do reembolso, a distribuição de resultados aos sócios remanescentes.

Art. 196. No caso de exclusão do sócio remisso, sendo omissa o contrato social, o reembolso corresponderá à restituição das entradas feitas, reduzidas da indenização pelos danos da mora, juros, correção monetária e, se contratada, multa.

Subseção II - Balanço de Determinação

Art. 197. As normas desta Subseção aplicam-se apenas no caso de omissão do contrato social quanto aos critérios de avaliação das quotas para fins de apuração de haveres e definição do valor do reembolso.

Parágrafo único. Prevista, no contrato social, qualquer cláusula em contrário às disposições desta Subseção, será sempre observado,

em detrimento das normas nela previstas, o que tiver sido contratado pelos sócios.

Art. 198. Em caso de omissão do contrato social relativamente ao critério de avaliação das quotas, o reembolso corresponderá ao valor patrimonial destas, calculado a partir de balanço de determinação.

Parágrafo único. O valor patrimonial corresponde à divisão do patrimônio líquido da sociedade, apurado em balanço de determinação, pelas quotas, de modo a mensurar participação, neste patrimônio líquido, proporcional à parcela que o sócio, falecido, excluído ou que exerceu o direito de retirada, titulava no capital social.

Art. 199. O balanço de determinação terá por referência temporal a data da dissolução parcial, que será:

I - no falecimento do sócio, a do óbito;

II - na retirada imotivada, a do recebimento, pela sociedade, da notificação do sócio retirante; e

III - na retirada motivada, a do arquivamento, no Registro Público de Empresa, do instrumento de alteração contratual que deu origem à dissidência;

IV - na exclusão extrajudicial, a do arquivamento no Registro Público de Empresa do instrumento de alteração contratual;

V - na exclusão judicial, a fixada pelo juiz.

Art. 200. Desde a data da dissolução parcial, o sócio excluído ou retirante e o espólio do sócio falecido não participam mais dos resultados da sociedade.

Art. 201. Os bens e direitos do ativo da sociedade serão apropriados, no balanço de determinação, por seu valor de mercado.

Art. 202. Serão apropriados, no ativo da sociedade, os intangíveis do estabelecimento empresarial pelo valor que alcançariam no mercado caso fossem alienados na data da dissolução parcial.

Art. 203. Se o balanço de determinação apurar passivo a descoberto, nada será devido ao sócio excluído ou que exerceu o direito de retirada ou ao espólio do sócio falecido, a título de reembolso.

Parágrafo único. A responsabilidade do sócio desligado ou do espólio do sócio falecido pelo passivo a descoberto apurado no balanço de determinação é limitada ao montante não integralizado da respectiva quota.

Art. 204. O balanço de determinação apropriará como contingência os valores que a sociedade pode vir a ter que pagar ou pode vir a receber, em razão de fato anterior à dissolução parcial, que:

I - sejam objeto de demanda judicial em curso; ou

II - possam vir a ser objeto de provável demanda judicial.

Art. 205. Os valores apropriados em contingência no balanço de determinação não integram a base de cálculo do reembolso, exceto quando ocorrer a reversão.

Art. 206. A contingência no balanço de determinação deve ser revertida ao patrimônio líquido, em balanço de determinação complementar, quando:

I - tornar-se definitiva a decisão judicial exonerando a sociedade da obrigação passiva objeto de contingenciamento;

II - a sociedade receber o pagamento da obrigação ativa objeto de contingenciamento; ou

III - decair o direito ou prescrever a pretensão do credor, sem que tenha sido proposta a demanda judicial contra a sociedade.

Art. 207. Se o balanço de determinação apropriou contingências, será pago ao sócio excluído ou que exerceu o direito de retirada ou ao espólio do sócio falecido o reembolso complementar, em valor correspondente à sua participação no contingenciamento, nos 30 (trinta) dias seguintes ao fato que obriga a reversão ao patrimônio líquido da sociedade, na forma do art. 206 desta lei, de recursos contingenciados, salvo se o contrato social estabelecer prazo diverso ou parcelamento.

Capítulo VII - Da Dissolução Total

Art. 208. São causas da dissolução total da sociedade limitada:

I - o vencimento do prazo de duração, salvo se, vencido este e sem oposição de sócio, não entrar a sociedade em liquidação, caso em que se prorrogará por tempo indeterminado;

II - a vontade de todos os sócios, na sociedade por prazo determinado;

III - a vontade de sócios titulares de mais da metade do capital social, na sociedade por prazo indeterminado;

IV - o exaurimento ou irrealizabilidade do objeto social; e

V - a falência, na forma prevista na respectiva lei.

Parágrafo único. O contrato social pode prever outras causas de dissolução total.

Art. 209. A sociedade será dissolvida por distrato ou por decisão judicial.

§ 1º O distrato ou a decisão judicial devem conter:

I - a causa da dissolução;

II - a data da dissolução; e

III - a identificação e qualificação do liquidante.

§ 2º Dissolvida a sociedade, o distrato ou a decisão judicial será levado a arquivamento no Registro Público de Empresas.

Art. 210. A sociedade dissolvida conserva sua personalidade jurídica para a prática dos atos de liquidação.

Art. 211. O liquidante, escolhido pelos sócios ou pelo juiz, usando o nome empresarial da sociedade limitada acrescido da expressão “em liquidação”, procederá à realização do ativo e à satisfação do passivo.

Parágrafo único. O liquidante observará, no pagamento dos credores, a classificação legal estabelecida para o caso de falência.

Art. 212. Não sendo suficientes os bens do patrimônio social para a satisfação do passivo, e estando o capital totalmente integralizado, o liquidante requererá a falência da sociedade.

Art. 213. Após a liquidação, o liquidante procederá à partilha do patrimônio líquido remanescente entre os sócios, observada a participação de cada um no capital social.

Parágrafo único. Por vontade da totalidade dos sócios, a partilha poderá ser feita por critério diverso.

Art. 214. Nas omissões deste Capítulo, aplicam-se, com as adaptações cabíveis, as normas sobre dissolução de sociedade anônima fechada.

Título IV - Das Sociedades com Sócios de Responsabilidade Ilimitada

Capítulo I - Das Sociedades em Nome Coletivo e em Comandita Simples

Art. 215. Na sociedade em nome coletivo, todos os sócios são pessoas naturais e respondem pelas obrigações sociais solidária e ilimitadamente.

Parágrafo único. A sociedade em nome coletivo só pode ser administrada por sócio.

Art. 216. Na sociedade em comandita simples, os sócios comanditados são pessoas naturais e respondem pelas obrigações sociais solidária e ilimitadamente, enquanto os sócios comanditários podem ser pessoas naturais ou jurídicas e respondem no limite previsto no contrato social.

§ 1º A sociedade em comandita simples só pode ser administrada por sócio comanditado.

§ 2º O sócio comanditário não pode participar da administração da sociedade, sob pena de responder pelas obrigações sociais como se comanditado fosse.

Art. 217. Aplicam-se, no que couber, às sociedades em nome coletivo e em comandita simples as normas da sociedade limitada.

Capítulo II - Da Sociedade em Comandita por Ações

Art. 218. A sociedade em comandita por ações terá o capital dividido em ações e reger-se-á pelas normas relativas às sociedades anônimas fechadas, sem prejuízo das modificações constantes deste Capítulo.

Parágrafo único. Não se aplica à sociedade em comandita por ações o disposto sobre conselho de administração, autorização estatutária de aumento de capital e emissão de bônus de subscrição.

Art. 219. Apenas o sócio ou acionista tem qualidade para administrar a sociedade e, como diretor, responde subsidiária, mas ilimitada e solidariamente, pelas obrigações da sociedade.

§ 1º Os diretores serão nomeados, sem limitação de tempo, no estatuto da sociedade, e somente poderão ser destituídos por deliberação de acionistas que representem dois terços, no mínimo, do capital social.

§ 2º O diretor destituído ou que se exonerar continuará responsável pelas obrigações sociais contraídas sob sua administração.

Art. 220. A assembleia geral não pode, sem o consentimento dos diretores:

- I - mudar o objeto essencial da sociedade;
- II - prorrogar o prazo de duração da sociedade;
- III - aumentar ou diminuir o capital social;
- IV - emitir debêntures ou criar partes beneficiárias;
- V - aprovar a participação em grupo de sociedade.

Capítulo IV - Da Conta de Participação

Art. 221. A conta de participação é a sociedade empresária despersonalizada, integrada por sócios das seguintes categorias:

- I - sócio ostensivo; e
- II - sócio ou sócios ocultos ou participantes.

Art. 222. A conta de participação não pode ter nome empresarial.

Art. 223. Ao sócio ostensivo cabe exercer a atividade empresarial objeto da sociedade, em seu nome e sob sua própria e exclusiva responsabilidade.

Art. 224. Pelas obrigações relacionadas à exploração do objeto da sociedade responde apenas o sócio ostensivo, pessoal e ilimitadamente.

Art. 225. O sócio oculto ou participante tem responsabilidade exclusivamente perante o sócio ostensivo, segundo o definido no contrato de conta de participação.

Art. 226. Eventual registro do instrumento do contrato de conta de participação não constitui sujeito de direito autônomo dotado de personalidade jurídica própria, nem configura responsabilidade do sócio oculto ou participante pelas obrigações sociais perante terceiros.

Art. 227. O sócio oculto ou participante tem o direito de fiscalizar a administração da sociedade pelo sócio ostensivo.

Art. 228. Responderá como se ostensivo fosse o sócio oculto ou participante que tomar parte na administração social.

Art. 229. Salvo estipulação em contrário, o sócio ostensivo não pode admitir novo sócio na conta de participação sem o consentimento expresso dos sócios ocultos ou participantes.

Art. 230. A falência do sócio ostensivo acarreta a dissolução da sociedade e a liquidação da respectiva conta, cujo saldo constituirá crédito quirografário.

Parágrafo único. Falindo o sócio participante, o contrato social fica sujeito às normas que regulam os efeitos da falência nos contratos bilaterais do falido.

Art. 231. Aplicam-se às relações entre os sócios da conta de participação, no que couberem, as normas da sociedade limitada.

Título V - Das Operações Societárias

Capítulo I - Da Transformação

Art. 232. A transformação é a operação pela qual a sociedade é modificada de um tipo societário para outro, independentemente de dissolução e liquidação.

Art. 233. A transformação obedecerá aos preceitos que regulam a constituição e o registro do tipo a ser adotado pela sociedade.

Art. 234. A transformação exige o consentimento unânime dos sócios ou acionistas, salvo se prevista no estatuto ou no contrato social, caso em que o sócio ou acionista dissidente terá o direito de retirar-se da sociedade.

Parágrafo único. Os sócios podem renunciar, no contrato social, ao direito da retirada no caso de transformação da sociedade limitada em anônima.

Art. 235. A transformação não prejudicará, em caso algum, os direitos dos credores, que continuarão, até o pagamento integral dos seus créditos, com as mesmas garantias que o tipo anterior de sociedade lhes oferecia.

Parágrafo único. A falência da sociedade transformada somente produzirá efeitos em relação aos sócios que, no tipo anterior, a eles estariam sujeitos, se o pedirem os titulares de créditos anteriores à transformação, e somente a estes beneficiará.

Capítulo II - Da Incorporação, Fusão e Cisão

Seção I - Das Disposições Comuns

Art. 236. A incorporação, fusão e cisão podem ser operadas entre sociedades de tipos iguais ou diferentes e deverão ser deliberadas na forma prevista para a alteração dos respectivos estatutos ou contratos sociais.

§ 1º Nas operações em que houver criação de sociedade serão observadas as normas reguladoras da constituição das sociedades do seu tipo.

§ 2º Os sócios ou acionistas das sociedades incorporadas, fundidas ou cindidas receberão, diretamente da sociedade de que passam a fazer parte, as ações ou quotas que lhes couberem.

§ 3º A incorporação, fusão ou cisão pode envolver sociedade com passivo a descoberto.

Art. 237. As condições da incorporação, fusão ou cisão com versão de patrimônio para sociedade existente constarão de protocolo firmado pelos órgãos de administração ou sócios das sociedades interessadas, que incluirá:

I - o número, espécie e classe das ações ou quotas que serão atribuídas em substituição dos direitos de sócios que se extinguirão e os critérios utilizados para determinar as relações de substituição;

II - os elementos ativos e passivos que formarão cada parcela do patrimônio, no caso de cisão;

III - os critérios de avaliação do patrimônio líquido, a data a que será referida a avaliação, e o tratamento das variações patrimoniais posteriores;

IV - a solução a ser adotada quanto às ações ou quotas do capital de uma das sociedades possuídas por outra;

V - o valor do capital das sociedades a serem criadas ou do aumento ou redução do capital das sociedades que forem parte na operação;

VI - o projeto ou projetos de estatuto, ou de alterações estatutárias, e as minutas de contratos sociais ou de alterações contratuais que deverão ser aprovados ou assinados para efetivar a operação;

VII - todas as demais condições a que estiver sujeita a operação.

Parágrafo único. Os valores sujeitos a determinação serão indicados por estimativa.

Art. 238. As operações de incorporação, fusão e cisão serão submetidas à deliberação das sociedades interessadas mediante justificação, na qual serão expostos:

I - os motivos ou fins da operação, e o interesse da sociedade na sua realização;

II - as ações ou quotas que os acionistas ou quotistas preferenciais receberão e as razões para a modificação dos seus direitos, se prevista;

III - a composição, após a operação, segundo espécies e classes das ações ou quotas, do capital das sociedades que deverão criar participações societárias em substituição às que serão extintas;

IV - o valor de reembolso das ações ou quotas a que terão direito os acionistas ou sócios dissidentes.

Art. 239. As operações de incorporação, fusão e cisão somente poderão ser efetivadas nas condições aprovadas, se os peritos nomeados determinarem que o valor do patrimônio ou patrimônios líquidos a serem vertidos para a formação de capital social é, ao menos, igual ao montante do capital a realizar.

§ 1º As ações ou quotas do capital da sociedade a ser incorporada que forem de propriedade da incorporadora poderão, conforme dispuser o protocolo de incorporação, ser extintas ou substituídas por ações ou quotas em tesouraria da incorporadora, até o limite dos lucros acumulados e reservas, exceto a legal.

§ 2º O disposto no § 1º deste artigo aplicar-se-á aos casos de:

I - fusão, quando uma das sociedades fundidas for proprietária de ações ou quotas de outra;

II - cisão, com versão de patrimônio para sociedade existente, quando a companhia receptora for proprietária de ações ou quotas do capital da cindida.

Art. 240. A associação poderá participar de operação de incorporação, fusão ou cisão que envolva sociedade empresária, desde que o

seu estatuto não proíba e a operação seja aprovada pela totalidade dos associados ativos.

Art. 241. A certidão, emitida pelo Registro Público de Empresas, da incorporação, fusão ou cisão, é documento hábil para averbação, nos registros públicos competentes, da sucessão, decorrente da operação, em bens, direitos e obrigações.

Seção II - Da Incorporação

Art. 242. A incorporação é a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações.

Art. 243. Até 60 (sessenta) dias depois de publicados os atos relativos à incorporação, o credor anterior por ela prejudicado poderá pleitear judicialmente a anulação da operação e, findo o prazo, decairá do direito o credor que não o tiver exercido.

§ 1º A consignação da importância em pagamento prejudicará a anulação pleiteada.

§ 2º Sendo ilíquida a dívida, a sociedade poderá garantir-lhe a execução, suspendendo-se o processo de anulação.

§ 3º Ocorrendo, no prazo do *caput* deste artigo, a falência da sociedade incorporadora, qualquer credor anterior terá o direito de pedir a separação dos patrimônios, para o fim de serem os créditos pagos pelos bens das respectivas massas.

Art. 244. A sociedade incorporadora, se aprovar o protocolo da operação, deverá aumentar o capital social para ser subscrito e realizado pela incorporada mediante versão do seu patrimônio líquido.

Art. 245. A sociedade que houver de ser incorporada, se aprovar o protocolo da operação, autorizará seus administradores a praticarem os atos necessários à incorporação, inclusive a subscrição do aumento de capital da incorporadora.

Art. 246. Cada sociedade envolvida escolhe os peritos que avaliarão o patrimônio da outra.

Art. 247. Aprovados pela sociedade incorporadora o laudo de avaliação e a incorporação, extingue-se a incorporada, competindo à primeira promover o arquivamento e a publicação dos atos da incorporação.

Seção III - Da Fusão

Art. 248. A fusão é a operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações.

Art. 249. Até 60 (sessenta) dias depois de publicados os atos relativos à fusão, o credor anterior por ela prejudicado poderá pleitear judicialmente a anulação da operação.

§ 1º A consignação da importância em pagamento prejudicará a anulação pleiteada.

§ 2º Sendo ilíquida a dívida, a sociedade poderá garantir-lhe a execução, suspendendo-se o processo de anulação.

§ 3º Ocorrendo, no prazo do *caput* deste artigo, a falência da nova sociedade, qualquer credor anterior à fusão terá o direito de pedir a separação dos patrimônios, para o fim de serem os créditos pagos pelos bens das respectivas massas.

Art. 250. Cada sociedade envolvida, se aprovar o protocolo de fusão, deverá nomear os peritos que avaliarão os patrimônios líquidos das demais sociedades.

Art. 251. Apresentados os laudos, os administradores convocarão os sócios ou acionistas das sociedades para uma reunião ou assembleia geral, em que será tomado conhecimento dos laudos e deliberada a constituição da nova sociedade.

Parágrafo único. Na reunião ou assembleia referida no *caput* deste artigo, é vedado aos sócios ou acionistas votar o laudo de avaliação do patrimônio líquido da sociedade de que fazem parte.

Art. 252. Constituída a nova sociedade, incumbirá aos primeiros administradores promover o arquivamento e a publicação da fusão.

Seção IV - Da Cisão

Art. 253. A cisão é a operação pela qual uma sociedade (cindida) transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes (receptoras).

§ 1º Extingue-se a sociedade cindida quando a cisão importar a versão de todo o seu patrimônio.

§ 2º Quando a cisão importar versão de parte do patrimônio da cindida, reduz-se o seu capital social.

Art. 254. A sociedade receptora sucede à cindida nos termos deste artigo.

§ 1º A sociedade receptora é responsável pelas obrigações da cindida que lhe tiverem sido transmitidas expressamente na cisão.

§ 2º No caso de cisão total, as sociedades receptoras são solidariamente responsáveis pelas obrigações da cindida não transmitidas expressamente na cisão a nenhuma delas.

§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior, no exercício do direito de regresso, a sociedade receptora responsabilizada pode cobrar das demais proporcionalmente aos patrimônios vertidos na cisão.

§ 4º No caso de cisão parcial, a sociedade cindida e as receptoras responderão solidariamente pelas obrigações da primeira anteriores à cisão, ressalvada a hipótese do artigo seguinte.

Art. 255. O ato de cisão parcial poderá estipular que as sociedades receptoras serão responsáveis apenas pelas obrigações que lhes forem expressamente transferidas, sem solidariedade entre si ou com a companhia cindida, mas, nesse caso, qualquer credor da sociedade cindida anterior à cisão poderá se opor à estipulação, em relação ao seu crédito, desde que notifique a sociedade no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação dos atos da respectiva cisão.

Art. 256. Quando a receptora for uma sociedade nova, a operação será deliberada pela cindida, à qual cabe escolher os peritos que avaliarão a parcela do patrimônio a ser transferida e providenciar a constituição da nova sociedade.

Art. 257. A cisão com versão de parcela de patrimônio em sociedade já existente obedecerá às disposições sobre incorporação.

Art. 258. Efetivada a cisão com extinção da sociedade cindida, caberá aos administradores das sociedades receptoras promover o arquivamento e publicação dos atos da operação.

Parágrafo único. Na cisão parcial, a providência cabe aos administradores das sociedades envolvidas.

Art. 259. As ações ou quotas integralizadas com parcelas de patrimônio da cindida serão atribuídas a seus titulares, em substituição às extintas, na proporção das que possuíam.

Parágrafo único. A atribuição em proporção diferente requer aprovação de todos os titulares, inclusive, no caso de companhias, dos acionistas com ações sem direito a voto.

Sala da Comissão, em de maio de 2015.

Deputado AUGUSTO COUTINHO
Relator Parcial do Livro II